



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006447-46.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**  
Requerente: **Uraci Coelho de Andrade**  
Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**URACI COELHO DE ANDRADE** ajuizou ação anulatória com pedido tutela antecipada em face do **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e FAZENDA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** alegando que no dia 14/07/2017, estacionou seu veículo na Praça Judith Lupo a fim de resolver assunto pessoais, ao retornar constatou uma notificação para pagamento de tarifa de estacionamento rotativo. Afirmou que efetuou o pagamento da tarifa regularizando a situação. Ocorre que após alguns dias foi notificado de autuação de trânsito lavrada sob nº P 4300085632, dando conta de que tinha estacionado em desacordo com a regulamentação – estacionamento rotativo. Afirmou que em virtude dessa infração foi instaurado procedimento de suspensão de seu direito de dirigir sob nº 642-7/2018. Em razão desses fatos, pleiteou em sede de tutela antecipada a suspensão dos efeitos da infração de trânsito nº 43 00085632 e a suspensão do processo administrativo nº 642-7/2018 e ao final a procedência da ação para anulação do auto de infração trânsito e do processo administrativo para suspensão do direito de dirigir referidos. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela antecipada foi indeferida. Contra esta decisão foi tirado agravo de instrumento ao qual foi negado provimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Citados, os requeridos contestaram.

O requerido DETRAN em preliminar alegou inadequação do rito processual e ilegitimidade de parte. No mérito esclareceu que o autor ao ultrapassar a contagem de 20 pontos no período de 12 meses, foi instaurado processo administrativo para suspensão do direito de dirigir.

O requerido Município de Araraquara sustentou que o autor apresentou o recurso administrativo intempestivo e que apesar de realizar o pagamento do estacionamento rotativo deixou de cumprir o procedimento em desacordo com a legislação municipal, não sendo assim suficiente tal providência.

Houve réplica.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Inicialmente, considerando que a Comarca não tem Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, mas sim, apenas anexo, não há falar em competência absoluta do anexo para conhecer e julgar a lide.

No mais, em que pese o aduzido em exceção processual por parte do requerido Detran/SP, deve-se atentar que havendo comprovação dos fatos alegados na inicial, implicará anulação de possíveis infrações de trânsito do veículo, junto ao requerido Detran/SP, daí por que deve ser mantido no polo passivo desta demanda, em detrimento da vergastada ilegitimidade.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Com efeito, conforme consta às fls. 11/14, verifica-se que o autor apesar de ter efetuado o pagamento do estacionamento rotativo no prazo estabelecido, deixou de seguir as demais instruções, ou seja após ter feito uso do tíquete deveria tê-lo colocado dentro do envelope e depositado no caixa de regularização ou entregue a um dos agentes de fiscalização, tendo assim agido de forma contrária à legislação municipal.

Acresce-se: nestes autos, o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, acerca das suscitadas irregularidades, claudicando com o ônus processual, pelo que dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada requerido.

P.I.C.

Araraquara, 17 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**